



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

AUTÓGRAFO Nº 113/2008

LEI Nº 965/08, DE 11 DE JUNHO DE 2008.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO
DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PARA
PAGAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS EM
ATRASO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – As concessões de débitos de natureza tributárias inscritos em Dívida Ativa, constituídos até 31 de dezembro de 2007 que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial, poderão ser pagos de acordo com os seguintes créditos e benefícios.

I – Os créditos tributários se pagos em até 30 (trinta) de novembro de 2008, será concedido desconto de 100% (cem por cento) no pagamento das multas e juros devidos;

II – Os pagamentos de que trata o inciso anterior poderão ser efetuados de forma parcelada, sem incidência de juros e multas, sendo variável o número de parcelas de acordo com a data de comparecimento do contribuinte à Prefeitura Municipal, desde que a última parcela recaia até 31 de maio de 2008.

Parágrafo Único – Para concessão de benefício estabelecido neste artigo, o valor mínimo a ser pago por cada parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 2º – Para fins de pagamento dos débitos dos créditos fiscais na forma do artigo primeiro desta Lei, fica o poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Finanças, autorizado a emitir boletos de cobrança bancária em nome dos contribuintes em débito.

Art. 3º – O benefício fiscal previsto no art. 1º independe da formalização de requerimento por parte do contribuinte, considerando-se automaticamente concedido a partir da data da publicação desta Lei.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

Parágrafo Único – A cobrança do débito fiscal assim reduzido se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do artigo 2º desta Lei, onde o contribuinte será notificado para efetuar o pagamento à vista, sendo-lhe facultado ingressar com pedido de parcelamento do débito.

Art. 4º – O contribuinte deverá requerer o parcelamento previsto no inciso II do artigo 1º desta Lei, impreterivelmente em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua publicação.

§ 1º – Os requerimentos de parcelamento administrativo dos débitos fiscais, abrangendo aqueles reclamados em qualquer fase de tramitação administrativa ou judicial, deverão ser protocolados junto à Secretaria de Finanças, no prazo referido no caput, com a indicação do número de parcelas desejadas e das garantias oferecidas, que pederão ser representadas por hipoteca ou caução de nota promissória avalizada.

§ 2º – A apresentação do requerimento de parcelamento importa na confissão da dívida e não implica obrigatoriedade do seu deferimento.

§ 3º – A Chefe do Poder Executivo poderá delegar competência ao Secretário de Finanças, para deferir o requerimento do parcelamento apresentado pelo contribuinte.

§ 4º – O deferimento do pedido de parcelamento, que corresponderá a formalização de acordo com o contribuinte, deverá estar devidamente fundamentado pela autoridade que o deferiu.

Art. 5º – Os débitos fiscais parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora equivalentes à Unidade Fiscal do Município (UFM) e de multa diária de 0,33% limitada a 20%.

Art. 6º – O atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento de boleto de cobrança bancário, emitido na forma do art. 3º ou como representativo das prestações objeto dos parcelamentos formalizados, determinará o imediato protesto extrajudicial do débito fiscal.

Parágrafo Único – Decorridos 30 (trinta) dias do protesto, perdurando o inadimplemento, o contribuinte perderá os benefícios concedidos por esta Lei, hipótese em que se exigirá o recolhimento imediato do saldo remanescente, de uma só vez, acrescido dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados e com a aplicação dos acréscimos moratórios previstos na legislação.

Art. 7º – O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo fraude ou simulação, ou de isenção ou



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

imunidade concedidas ou reconhecidas em processos eivados de vícios, bem como aos de falha de recolhimento de tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Art. 8º – A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Art. 9º – Para a realização da cobrança bancária e do encaminhamento do débito fiscal para protesto extrajudicial, fica o Poder Executivo autorizado a contratar os serviços da Caixa Econômica Federal.

Art. 10º – O Poder Executivo deverá baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei, inclusive podendo prorrogá-la por mais 180 (cento e oitenta) dias, através de Decreto do Executivo Municipal, objetivando, exclusivamente, incentivar os contribuintes a arcar com os pagamentos dos impostos devidos, aumentando, com isso, a arrecadação da Receita Tributária do Município

Art. 11º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, aos 11 de junho
de 2008.

Francisco Walmick de Queiroz Bernardino
PRESIDENTE